



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

LIDERANÇAS - 2015

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO PT - PMDB - PRB - PCdoB - PTdoB - PROS - PR)	
Líder	Deputado Rogério Correia
Vice-Líderes	Deputado Cristiano Silveira Deputado Doutor Jean Freire Deputado Emidinho Madeira Deputado Deputada Rosângela Reis

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV - PSB - PTN - PMN - PEN - PTC - PHS - PPS - PSC - PSD)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Douglas Melo Deputado Glaycon Franco Deputado Roberto Andrade Deputado Thiago Cota Deputado Wander Borges

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB - PTB - PDT - PP - DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	Deputado Carlos Pimenta Deputado Dilzon Melo Deputado Felipe Attiê Deputado João Vítor Xavier Deputado Neilando Pimenta

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Vanderlei Miranda

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares



LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	Deputado Durval Ângelo
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cabo Júlio Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Fábio Cherem Deputado Léo Portela

COMISSÕES PERMANENTES**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	Vice- Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fred Costa	PEN - BCMG	Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado João Leite	PSDB - BVC
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM	Presidente
Deputado João Alberto	PMDB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC
Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Fabiano Tolentino	PV - BCMG
Deputado Agostinho Patrus Filho	PPS - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quarta-feiras - 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Presidente
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM
Deputado Elismar Prado	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG
Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	PT - BMM	Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC - BCMG	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado João Vítor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	Vice-Presidente
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC	
Deputado Elismar Prado	PT - BMM	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB- BMM

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM	Presidente
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	
Deputado Duarte Bechir	PSD - BCMG	
Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ricardo Faria	PCdoB- BMM
Deputado Emidinho Madeira	PT doB- BMM
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB- BVC
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Lamac	PT - BMM	Presidente
Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC	
Deputado Professor Neivaldo	PT- BMM	
Deputado Ivair Nogueira	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputada Arlete Magalhães	PTN - BCMG

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 11 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Presidente
Deputado	- BMM	Vice-Presidente
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	



Deputado Fábio Avelar Oliveira PTdoB - BMM
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo PSC - BCMG
Deputada Geisa Teixeira PT - BMM
Deputado Wander Borges PSB - BCMG
Deputado Gilberto Abramo PRB - BMM
Deputado Gustavo Valadares PSDB - BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	Presidente
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho PV - BCMG
Deputado Iran Barbosa PMDB - BMM
Deputada Marília Campos PT - BMM
Deputado Gil Pereira PP - BVC
Deputada Celise Laviola PMDB - BMM
Deputado João Vitor Xavier PSDB - BVC
Deputado Cássio Soares PSD - BCMG

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT - BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Iran Barbosa	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tiago Ulisses PV - BCMG
Deputado Fábio Chereim PSD - BCMG
Deputado Tony Carlos PMDB - BMM
Deputado Gustavo Corrêa DEM - BVC
Deputado Bosco PTdoB - BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gil Pereira	PP - BVC	Presidente
Deputado Bosco	PTdoB - BMM	Vice-Presidente



Deputado Tony Carlos	PMDB - BMM
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras - 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Marília Campos	PT - BMM	Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	
Deputado Fábio Cherem	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM
Deputada Rosângela Reis	PROS - BMM
Deputado João Vitor Xavier	PSDB - BVC
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Inácio Franco	PV - BCMG	
Deputado Nozinho	PDT - BVC	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG	Presidente
Deputado Missionário Márcio Santiago	PTB - BVC	Vice-Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM - BVC	
Deputado Léo Portela	PR - BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSB - BCMG	



MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Douglas Melo	PSC - BCMG
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC
Deputado Vanderlei Miranda	PMDB - BMM
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Presidente
Deputado Léo Portela	PR - BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rogério Correia	PT - BMM
Deputado João Alberto	PMDB - BMM
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG
Deputado Fabiano Tolentino	PPS - BCMG

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago	PTB - BVC	Presidente
Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT - BMM	
Deputado Ricardo Faria	PCdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Jorge	PPS - BCMG
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Fred Costa	PEN - BCMG
Deputado Leonídio Bouças	PMDB - BMM
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sargento Rodrigues	PDT - BVC	Presidente
Deputado João Leite	PSDB - BVC	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	PMDB - BMM	
Deputada Celise Laviola	PMDB - BMM	
Deputado Cabo Júlio	PMDB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
-------------------------	-----------



Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC
Deputada Cristina Corrêa	PT - BMM
Deputado Emidinho Madeira	PTdoB - BMM
Deputado	PCdoB - BMM

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras - 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT - BMM	Vice-Presidente
Deputado Isauro Calais	PMN - BCMG	
Deputado Gil Pereira	PP - BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	- BMM
Deputado Bosco	PTdoB - BMM
Deputado Dirceu Ribeiro	PHS - BCMG
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Deiró Marra	PR - BMM	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB - BMM	
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB - BVC	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Léo Portela	PR - BMM
Deputado Cássio Soares	PSD - BCMG
Deputado Arnaldo Silva	PR - BMM
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras - 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Felipe Attiê	PP - BVC	Vice-Presidente
Deputado Roberto Andrade	PTN - BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB - BCMG	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	PTdoB - BMM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva	PSDB - BVC
Deputado Neilando Pimenta	PP - BVC
Deputado Anselmo José Domingos	PTC - BCMG
Deputado Wander Borges	PSB - BCMG



Deputado Professor Neivaldo

PT - BMM

COMISSÃO DE ÉTICA**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB - BVC	Presidente
Deputado Gilberto Abramo	PRB - BMM	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM - BVC	
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV - BCMG	
Deputado Tiago Ulisses	PV - BCMG	
Deputado Rogério Correia	PT - BMM	
Deputado Durval Ângelo	PT - BMM	

MEMBROS SUPLENTES:

Deputado Carlos Pimenta	PDT - BVC
Deputado Cristiano Silveira	PT - BMM
Deputado Dilzon Melo	PTB - BVC
Deputado Thiago Cota	PPS - BCMG
Deputado Glaycon Franco	PTN - BCMG
Deputado Ivair Nogueira	PMDB - BMM
Deputado Leonídio Bouças	PMDB.-.BMM

Ouvidor-Geral: Deputado Inácio Franco - indicação 15/04/2015

SUMÁRIO

- 1 - ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO**
- 2 - ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**
- 3 - ATAS**
 - 3.1 - Reuniões de Comissões
- 4 - MATÉRIA VOTADA**
- 5 - ORDENS DO DIA**
 - 5.1 - Plenário
 - 5.2 - Comissões
- 6 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
 - 6.1 - Plenário
 - 6.2 - Comissões
- 7 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 8 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 9 - ERRATA**

**ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO****ESSENCIALIDADES DO BALANÇO GERAL DO ESTADO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2013 (*)**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 62, inciso XX, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207 e 216 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do governador do Estado relativa ao exercício de 2013, encaminhadas por meio da Mensagem nº 642, de 25/3/2014, publicada no *Diário do Legislativo* em 4/4/2014.

NOTAS TÉCNICAS**Demonstrações Contábeis e Regime Contábil**

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, os critérios e as disposições da Lei Federal nº 4.320, de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e atendendo à Lei Orçamentária Anual, Lei nº 20.625 de 18 de janeiro de 2013, tendo sido adotado o regime contábil de caixa para reconhecimento e apropriação da receita e de competência para as despesas, em conformidade com o art. 35 da citada Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Empresas Dependentes

A execução orçamentária da receita e da despesa das Empresas Estatais Dependentes Emater, Epamig e Rádio Inconfidência integram o Balanço Geral do Estado, parte III, Administração Indireta - Fundos Estaduais e Execução Orçamentária das Empresas Estatais Dependentes. Para fins deste relatório, tais informações foram consideradas somente na análise referente à Execução Orçamentária, não fazendo parte dos dados dispostos nos Balanços Financeiro e Patrimonial nem do Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O balanço orçamentário tem por finalidade demonstrar a receita prevista e a arrecadada, bem como o crédito autorizado e a despesa executada no exercício.

Na parte das receitas, os valores estimados são os dispostos na Lei Orçamentária. Demonstra-se, também, a previsão atualizada da receita, bem como o valor efetivamente arrecadado, e a diferença entre este último e a previsão inicial no exercício financeiro.

Na parte da Despesa constam o crédito inicial, o crédito autorizado, a efetiva execução no período e a diferença.

Resultado

A realização total da receita orçamentária atingiu o montante de R\$70,958 bilhões, enquanto a execução da despesa foi de R\$71,907 bilhões. Apurou-se um resultado orçamentário deficitário de R\$948 milhões. Ressalta-se que este valor de R\$948 milhões é oriundo de operações de crédito que entraram no caixa do Tesouro Estadual em 30/12/2012 para serem gastos em um período de dois anos.

Tabela nº 3

DEMONSTRATIVO DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – 2013

R\$ milhares

Categoria Econômica/Origem	Receita				
	Previsão		Valor Arrecadado	Diferença (1)	Variação (2)
	Inicial	Atualizada			
1-Receitas Correntes	56.959.398	57.698.006	55.605.242	-1.354.156	-2,38
11-Tributárias Líquidas	37.404.417	37.612.518	37.685.690	281.272	0,75
Tributárias	43.059.290	43.267.390	43.482.388	423.098	0,98
Dedução Fundeb	-5.654.872	-5.654.872	-5.796.698	-141.826	2,51
12-Contribuições	2.442.122	2.442.122	2.310.727	-131.395	-5,38
13-Patrimoniais Líquidas	2.433.795	2.547.201	1.999.210	-434.585	-17,86
Patrimonial	2.433.795	2.547.201	2.214.868	-218.926	-9
Deduções	-	-	-215.658	-215.658	-
14-Agropecuária	7.154	7.154	5.167	-1.987	-27,77
15-Industrial	353.804	353.804	260.245	-93.558	-26,44
16-Serviços	512.440	528.383	553.343	40.902	7,98
17-Transferências Correntes Líquidas	12.420.363	12.581.059	11.346.561	-1.073.802	-8,65
Transferências Correntes	13.262.652	13.423.347	12.076.333	-1.186.319	-8,94
Dedução Fundeb	-842.289	-842.289	-729.772	112.517	-13,36
19- Outras Receitas Correntes Líquidas	1.385.303	1.625.765	1.444.300	58.997	4,26
Outras Receitas Correntes	1.506.618	1.747.081	1.706.907	200.289	13,29
Dedução Fundeb	-121.316	-121.316	-262.608	-141.292	116,47
2-Receitas de Capital	3.500.778	7.510.723	7.028.065	3.527.287	100,76
21-Operações de Crédito	2.541.292	6.112.392	5.875.699	3.334.406	131,21
22-Alienação de Ativos	23.197	190.015	152.194	128.997	556,1
23-Amortização de Empréstimos	453.969	458.499	447.531	-6.438	-1,42
24-Transferências de Capital	421.300	596.096	437.009	15.710	3,73
25-Outras Receitas de Capital	61.020	153.720	115.632	54.612	89,5
Subtotal (I)	60.460.176	65.208.729	62.633.307	2.173.131	3,59



7-Receitas Intraorçamentárias	7.641.456	7.958.265	8.325.139	683.683	8,95
72-Contribuições	3.215.963	3.425.963	2.891.956	-324.006	-10,07
75-Industrial	37.258	37.258	21.546	-15.713	-42,17
76-Serviços	39.649	67.442	12.757	-26.892	-67,82
79-Outras Receitas Correntes	4.348.586	4.427.603	5.398.880	1.050.294	24,15
Subtotal (II)	68.101.632	73.166.994	70.958.446	2.856.815	4,19
Resultado Fiscal	-	-	948.083	-	-
Total	68.101.632	73.166.994	71.906.530	2.856.815	5,59

Despesa					
Categoria Econômica/Grupo	Crédito		Despesa Realizada	Diferença (3)	Variação (4)
	Inicial	Autorizado			
3-Despesas Correntes	50.845.006	57.144.350	52.628.704	1.783.697	3,51
1-Pessoal e Encargos Sociais	24.695.550	28.767.769	27.189.682	2.494.133	10,1
2-Juros e Encargos da Dívida	2.726.660	2.673.490	2.642.094	-84.566	-3,1
3-Outras Despesas Correntes	23.422.797	25.703.091	22.796.927	-625.870	-2,67
4-Despesas de Capital	9.171.264	16.870.159	10.674.052	1.502.789	16,39
4-Investimentos	5.420.773	8.144.019	4.271.607	-1.149.166	-21,2
5-Inversões Financeiras	1.671.469	3.518.490	1.358.109	-313.360	-18,75
6-Amortização da Dívida	2.079.021	5.207.650	5.044.337	2.965.315	142,63
9-Reserva de Contingência [1]	443.906	-	-	-443.906	-
Subtotal (I)	60.460.176	74.014.509	63.302.756	2.842.580	4,7
7-Despesas Intraorçamentárias	7.641.456	9.098.287	8.603.774	962.318	12,59
1-Pessoal e Encargos Sociais	3.201.441	3.145.285	3.044.991	-156.450	-4,89
2-Juros e Encargos da Dívida	-	24.338	24.338	24.338	-
3-Outras Despesas Correntes	4.440.015	5.744.896	5.352.062	912.047	20,54
4-Investimentos	-	4.855	3.468	3.468	-
5-Inversões Financeiras	-	11.953	11.953	11.953	-
6-Amortização da Dívida	-	166.961	166.961	166.961	-
Total	68.101.632	83.112.796	71.906.530	3.804.898	5,59

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

- Notas: 1) Diferença (Valor Arrecadado/Previsão Inicial);
 2) Variação (Valor Arrecadado/Previsão Inicial);
 3) Diferença (Despesa Realizada/Crédito Inicial);
 4) Variação (Despesa Realizada/Crédito Inicial).

[1] A Reserva de Contingência é constituída sob a forma de dotação global, não especificamente destinada a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, sendo destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos. MDF (2013).

Receita Orçamentária

A receita orçamentária fiscal arrecadada em 2013 alcançou o total de R\$70,958 bilhões, demonstrando um aumento de R\$5,71 bilhões, com variação nominal positiva em relação ao exercício de 2012 de, aproximadamente, 9%, já descontados os valores referentes às deduções para o Fundeb e da remuneração dos investimentos do regime próprio de previdência em renda fixa.

Tabela nº 10

COMPARATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA FISCAL - 2012/2013

R\$ milhares

Descrição	2012	2013		AV % (1)	AH % (c/a) (2)
	Realizado (a)	Previsão Atualizada (b)	Realizado (c)		
Receitas Correntes					
11 - Receita Tributária	38.837.435	43.267.390	43.482.388	61,28	11,96
12 - Receita de Contribuição	2.676.699	2.442.122	2.310.727	3,26	-13,67
13 - Receita Patrimonial	1.891.350	2.547.201	2.215.941	3,12	17,16
14 - Receita Agropecuária	4.796	7.154	5.167	0,01	7,73
15 - Receita Industrial	353.794	353.804	260.245	0,37	-26,44
16 - Receita de Serviços	522.931	528.383	553.343	0,78	5,82
17 - Transferências Correntes	11.811.686	13.423.347	12.076.333	17,02	2,24
19 - Outras Receitas Correntes	1.534.452	1.747.081	1.706.907	2,41	11,24
1 - Total da Receita Corrente	57.633.144	64.316.482	62.611.051	88,24	8,64
Deduções da Receita Corrente					
91 - Dedução para o Fundeb - Impostos	-5.186.018	-5.654.872	-5.796.698	-8,17	11,78
93 - Dedução da Receita - Rem. Invest.	-9.966	-	-216.730	-0,31	2.074,78
97 - Dedução para o Fundeb - Multas	-685.997	-842.289	-729.772	-1,03	6,38
99 - Dedução para o Fundeb - Dív. Ativa	-165.511	-121.316	-262.608	-0,37	58,66
2 - Total das Deduções Correntes	-6.047.492	-6.618.477	-7.005.808	-9,87	15,85
Total com Deduções (3)	51.585.652	57.698.006	55.605.242	78,36	7,79
Receitas de Capital					
21 - Operações de Crédito	3.829.992	6.112.392	5.875.699	8,28	53,41
22 - Alienação de Bens	385.638	190.015	152.194	0,21	-60,53
23 - Amortização de Empréstimos	528.367	458.499	447.531	0,63	-15,3
24 - Transferências de Capital	753.112	596.096	437.009	0,62	-41,97
25 - Outras Receitas de Capital	260.428	153.720	115.632	0,16	-55,6
3 - Total Receitas de Capital	5.757.537	7.510.723	7.028.065	9,9	22,07
Subtotal	57.343.188	65.208.729	62.633.307	88,27	9,23
Receita Intraorçamentária					
72 - Receita de Contribuições	2.463.952	3.425.963	2.891.956	4,08	17,37
75 - Receita Industrial	-	37.258	21.546	0,03	-
76 - Receita de Serviços	-	67.442	12.757	0,02	-
79 - Outras Receitas Correntes	5.441.468	4.427.603	5.398.880	7,61	-0,78
4 - Total Receita Intraorçamentária	7.905.420	7.958.265	8.325.139	11,73	5,31
Total	65.248.608	73.166.994	70.958.446	100	8,75

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (Realizado 2013/Realizado 2012);

3) Total das Receitas Correntes menos Deduções Correntes.

Receitas Correntes

São receitas correntes as decorrentes das atividades operacionais da administração pública, tais como receita tributária, transferências correntes, de serviços, de contribuições, entre outras. As receitas correntes atingiram uma arrecadação de R\$62,611 bilhões, apontando um crescimento de 8,64% em relação ao exercício de 2012.

Tabela nº 11

COMPARATIVO DAS RECEITAS CORRENTES – 2012/2013

R\$ milhares

Descrição	2012	2013	AV % (1)	AH % (2)
Receita Tributária	38.837.435	43.482.388	78,2	11,96
Receita de Contribuições	2.676.699	2.310.727	4,16	-13,67
Receita Patrimonial	1.891.350	2.215.941	3,99	17,16
Receita Agropecuária	4.796	5.167	0,01	7,73
Receita Industrial	353.794	260.245	0,47	-26,44
Receitas de Serviços	522.931	553.343	1	5,82
Transferências Correntes	11.811.686	12.076.333	21,72	2,24
Outras Receitas Correntes	1.534.452	1.706.907	3,07	11,24
Deduções das Receitas Correntes	-6.047.492	-7.005.808	-12,6	15,85
Total	51.585.652	55.605.242	100	7,79

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (Realizado 2013/Realizado 2012).

Receitas de Capital

São receitas de capital as provenientes da captação de recursos por intermédio de operações de crédito e da conversão em espécie de bens e direitos, entre outros. As receitas de capital atingiram uma arrecadação de R\$7,028 bilhões, acusando um acréscimo da ordem de 22% em relação aos valores apresentados em 2012.

Tabela nº 22

COMPARATIVO DAS RECEITAS DE CAPITAL – 2012/2013

R\$ milhares

Descrição	2012	2013	AV % (1)	AH % (2)
Operações de Crédito	3.829.992	5.875.699	83,6	53,41
Alienação de Bens	385.638	152.194	2,17	-60,53
Amortização de Empréstimos	528.367	447.531	6,37	-15,3
Transferências de Capital	753.112	437.009	6,22	-41,97
Outras Receitas de Capital	260.428	115.632	1,65	-55,6
Total	5.757.537	7.028.065	100	22,07

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical;

2) AH – Análise Horizontal (2013/2012).

Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária é constituída de todos os gastos que o Estado realizou objetivando executar ações de governo previamente estabelecidas nos instrumentos de planejamento, devidamente autorizados pelo Poder Legislativo. As despesas em 2013 foram de R\$71,906 bilhões.

As despesas correntes tiveram um crescimento nominal de 11,32%, se comparadas ao exercício anterior, e têm como principal composição as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, significando 37,81% do total da despesa corrente do Estado.

A despesa de capital totalizou R\$10,674 bilhões, representando 14,84% da despesa total do Estado, e apresentou um crescimento de 40,52% em relação a 2012.

Do montante da despesa de capital, destacam-se os Investimentos e as Inversões Financeiras, que totalizaram R\$5,63 bilhões, representando 52,74% desta.

A despesa total com o serviço da dívida, que inclui o pagamento de Juros, Encargos e Amortização da dívida do Estado, atingiu o montante de R\$7,686 bilhões. De juros e encargos o Estado pagou em torno de R\$2,642 bilhões, significando um aumento de 12,54% em relação ao valor desembolsado em 2012. Já a despesa com amortização da dívida, em 2013, atingiu R\$5,044 bilhões, superior em 25,9% ao valor pago em 2012. Esse expressivo aumento se deve à amortização parcial do contrato da dívida do Estado com a Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig -, originada na década de 1990, ocasião em que o Estado assumiu os saldos da "Conta de Resultados a Compensar" - CRC.

Tabela nº 5

COMPARATIVO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA REALIZADA – 2012/2013

R\$ milhares

Descrição	2012	2013	AV % (1)	AH % (2)
Despesas Correntes	47.276.661	52.628.704	86,21	11,32
1 - Pessoal e Encargos Sociais	24.382.337	27.189.682	44,54	11,51
2 - Juros e Encargos da Dívida	2.347.645	2.642.094	4,33	12,54
3 - Outras Despesas Correntes	20.546.679	22.796.927	37,34	10,95
Intraorçamentária	8.299.653	8.421.391	13,79	1,47
1 - Pessoal e Encargos Sociais	2.833.994	3.044.991	4,99	7,45
2 - Juros e Encargos da Dívida	–	24.338	0,04	–
3 - Outras Despesas Correntes	5.465.659	5.352.062	8,77	-2,08
Total	55.576.314	61.050.095	100	9,85

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) AV – Análise Vertical/2013;

2) AH – Análise Horizontal (2013/2012).

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro sinteticamente pode ser assim entendido: Saldo financeiro do exercício anterior (+) Entradas (orçamentárias e extraorçamentárias) (-) Saídas (orçamentárias e extraorçamentárias) (=) Saldo financeiro para o exercício seguinte.

Tabela nº 23

COMPARATIVO DO BALANÇO FINANCEIRO – 2012/2013

R\$ milhares

Ingressos		
Especificação	2013	2012
Receitas Orçamentárias (I)	62.542.313	57.254.682
Receitas Intraorçamentárias (II)	8.325.139	7.905.420
Extraorçamentária (III)	144.358.394	123.497.373
Créditos em Circulação	141.305	–
Depósitos	17.779.639	14.388.656
Obrigações em Circulação	126.437.450	109.108.717
Contas de Gestão Financeira Anual (IV)	67	–
Valores Pendentes a Curto Prazo (V)	7.444	883
Saldo de Exercício Anterior (VI)	8.715.151	6.859.099
Total (VII) = (I+II+III+IV+V+VI)	223.948.507	195.517.457

Dispêndios		
Especificação	2013	2012
Despesas Orçamentárias (VIII)	62.972.193	54.562.226
Despesas Intraorçamentárias (IX)	8.603.774	8.299.653
Extraorçamentária (X)	142.105.030	123.714.357
Créditos em Circulação	–	550.058
Bens e Valores em Circulação	7.386	–
Depósitos	17.559.963	14.346.791
Obrigações em Circulação	124.537.680	108.817.508
Ajustes do Ativo Disponível (XI)	345	132
Contas de Gestão Financeira Anual (XII)	254.754	225.938
Saldo Para o Exercício Seguinte (XIII)	10.012.411	8.715.151
Total (XIV) = (VIII+IX+X+XI+XII+XIII)	223.948.507	195.517.457

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) Não constam os dados das Empresas Estatais Dependentes.

BALANÇO PATRIMONIAL

Tem por finalidade demonstrar quantitativa e qualitativamente a situação patrimonial do Estado, ou seja, seus bens, direitos e obrigações. Na área pública, as contas de compensação, em que são registrados os bens, os valores, as obrigações e as situações que, mediata ou imediatamente, possam afetar o patrimônio, também são evidenciadas no Balanço Patrimonial.

Tabela nº 25

DEMONSTRATIVO DA SÍNTESE CONSOLIDADA DO BALANÇO PATRIMONIAL – 2013

R\$ milhares

Ativo	2013	AV % (1)	Passivo	2013	AV % (1)
Ativo Circulante	12.043.692	13,55	Passivo Circulante	6.453.950	7,26
Ativo Realizável a Longo Prazo	18.864.087	21,22	Passivo Exigível a Longo Prazo	88.288.324	99,3
Ativo Permanente	16.103.219	18,11	Liberações de Operações Intragovernamentais	21.925	0,02
Soma do Ativo Real	47.010.999	52,87	Soma do Passivo Real	94.764.198	106,58
			Passivo a Descoberto	-47.753.199	-53,71
Ativo Compensado	41.902.924	47,13	Passivo Compensado	41.902.924	47,13
Total	88.913.923	100	Total	88.913.923	100

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Nota: 1) AV – Análise Vertical.

INDICADORES FISCAIS

Receita Corrente Líquida

A receita corrente líquida é constituída pelo somatório da arrecadação no período de 12 meses da receita corrente do Estado, deduzidos os valores transferidos aos municípios, referente à participação destes na receita tributária; a transferência ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb -; a contribuição dos servidores para custeio de aposentadorias; e a compensação entre regimes previdenciários. O valor apurado em 2013 foi de R\$43,141 bilhões.

Despesa de Pessoal

A despesa de pessoal engloba o dispêndio com pessoal ativo e inativo, pensionistas e terceirizados.

Poder Executivo



Em 2013, a despesa de pessoal do Poder Executivo atingiu o percentual de 41,49%, enquanto em 2012 foi de 40,73% da receita corrente líquida.

Despesa de Pessoal Consolidada - Todos os Poderes e Ministério Público

O percentual apurado na despesa de pessoal consolidada, que engloba todos os Poderes do Estado, foi de 51,02%, dentro do limite estabelecido pela LRF, ficando inclusive abaixo do limite prudencial de 57%.

Tabela nº 48

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO/TODOS OS PODERES – 2013

R\$ milhares

Descrição	Despesa Bruta	Despesas Não Computadas	Despesa Líquida de Pessoal	% Limite Máximo	% Apurado
Poder Executivo					
Portaria n.º 637/12 - STN	26.735.707	8.835.557	17.900.150	49	41,49
I N n.º 05 do TCEMG	26.735.707	11.299.993	15.435.713		35,78
Consolidado Todos os Poderes					
Portaria n.º 637/12 - STN	32.411.965	10.402.173	22.009.792	60	51,02
I N n.º 05 do TCEMG	32.411.965	13.118.972	19.292.992		44,72
Receita Corrente Líquida – RCL / 2013					43.141.299

Fonte: RGF e Consolidado dos Poderes/2013

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

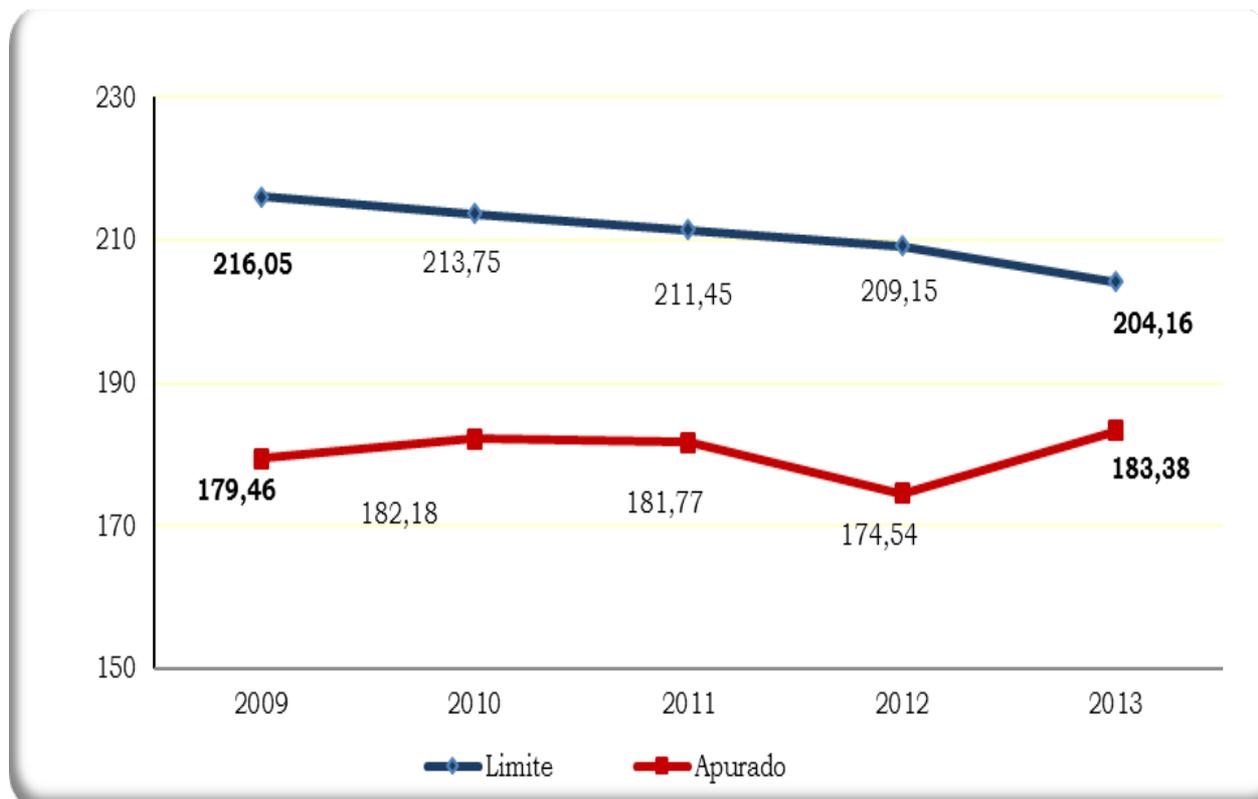
Dívida Consolidada Líquida

A dívida consolidada líquida demonstra a capacidade de endividamento do Estado, que não pode ultrapassar duas vezes a RCL. O Estado manteve-se enquadrado nos limites estabelecidos pela LRF e atingiu o percentual de 183,38%.

Gráfico nº 29

COMPARATIVO DA TRAJETÓRIA DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA x RCL – 2009/2013

Em percentual



Fonte: RGF/2013

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Resultado Nominal

Apresenta o resultado que expressa, na apuração das necessidades de financiamento do setor público, o valor da variação da dívida líquida de um determinado setor público em um certo período de tempo. O resultado nominal apurado em 2013 foi da ordem de R\$8,986 bilhões, enquanto a meta para o exercício foi de R\$3,078 bilhões. Em 2012, o resultado nominal foi de R\$2,83 bilhões, enquanto a meta para o exercício foi de R\$6,90 bilhões.

Resultado Primário

Demonstra o resultado alcançado pelo governo mediante o confronto entre a receita e a despesa orçamentárias excluídas destas as de caráter financeiro. No exercício de 2013, o resultado primário foi de R\$86 milhões, enquanto a meta estabelecida pela LDO foi de R\$2,498 bilhões. Em 2012, o resultado alcançado foi de R\$3,07 bilhões, enquanto a meta estabelecida pela LDO foi de R\$3,21 bilhões.

INDICADORES CONSTITUCIONAIS

Tabela nº 51

DEMONSTRATIVO DOS ÍNDICES CONSTITUCIONAIS – 2013

R\$ milhares

Indicadores Constitucionais	Base Cálculo	Aplicação	Mínimo a Aplicar	% Aplicado
Ações e Serviços Públicos de Saúde – (12,00 %)	34.953.590	4.294.403	4.194.431	12,29
Progr. Saúde X Investimentos em Transporte e Sist. Viário (1)	6.654.223	1.623.432	1.623.432	4,1
Amparo e Fomento à Pesquisa (1,0 %) (2)	29.959.974	299.600	299.600	1
Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (25,00%)	34.953.604	11.207.852	8.738.401	32,06
Profissionais do Magistério (60% transf. recebidas/Fundeb)	5.887.957	4.251.985	3.532.774	72,21

Fonte: Armazém de Informações do Siafi/MG

Elaboração: DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas: 1) O valor mínimo a aplicar em Programas de Saúde deve ser igual ao executado em Investimentos em Transporte e Sistema Viário;

2) A despesa/aplicação indicada é o valor do repasse efetuado pelo Tesouro.

PLENO(**)

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 2 DE JULHO DE 2014

RELATOR: Conselheiro José Alves Viana

REVISOR: Conselheiro Sebastião Helvécio

PARECERISTA: Conselheiro Substituto Hamilton Coelho

PROCESSO Nº 912.324 - Balanço Geral do Estado de Minas Gerais, exercício de 2013.

O Tribunal emitiu parecer favorável à aprovação das contas do exercício de 2013, com recomendações e determinações.

A relatoria determinou a abertura de vista ao Governador Antônio Augusto Junho Anastasia, conforme fl. 2330, que resultou na apresentação de justificativas por meio do Ofício GAB/GOV nº 198, de 2/6/2014.

Plenário Governador Milton Campos, 2 de julho de 2014

Adriene Andrade

Conselheira Presidente

(*) extraídas do Relatório Contábil, peça integrante do Balanço Geral do Estado relativo ao exercício de 2013.

(**) extraído do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

**GERAIS****ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS****ESSENCIALIDADES DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2014¹**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no exercício da competência prevista no art. 62, inciso XXII, da Constituição do Estado, e observando o disposto nos arts. 207, 216 e 221 do Regimento Interno, apresenta as essencialidades da prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais relativa ao exercício de 2014, encaminhada pelo Ofício nº 1/2015, publicado no Diário do Legislativo de 7/4/2015.

Órgão: Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

Exercício: 2014

Presidente: Conselheira Adriene Andrade

¹Nota:



1) Informações extraídas dos documentos que compõem a prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referente ao exercício de 2014.

ÍNDICE	
1 - OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO	3
2 - ROL DOS RESPONSÁVEIS	6
3 - RELATÓRIO SOBRE A GESTÃO	10
3.1 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	59
4 - RELATÓRIO SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL	62
4.1 - DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS DO ÓRGÃO, TENDO COMO FONTE OS RECURSOS ORDINÁRIOS, OS VINCULADOS E OS DIRETAMENTE ARRECADADOS, EVIDENCIANDO-OS, POR PROCEDÊNCIA, BEM COMO OS GRUPOS DE DESPESAS EM QUE FORAM APLICADOS	63
4.2 - DEMONSTRAÇÃO DO COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM A DESPESA TOTAL DE PESSOAL	65
4.3 - DEMONSTRAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DO TOTAL DA DESPESA DE PESSOAL	68
4.4 - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE INVENTÁRIO FÍSICO E FINANCEIRO DOS VALORES EM TESOURARIA E DOS MATERIAIS EM ALMOXARIFADO	70
4.5 - RELATÓRIO DA COMISSÃO DE LEVANTAMENTO E CONCILIAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E IMÓVEIS	185
4.6 - RELATÓRIO DA COMISSÃO PARA LEVANTAMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONSTANTES DOS GRUPOS DO PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE, BEM COMO DAS CONTAS INTEGRANTES DO COMPENSADO E CONTAS DE CONTROLE (DÍVIDA FLUTUANTE)	334
4.7 - RELAÇÃO DOS DECRETOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS, CONTENDO NÚMERO, DATA E VALOR	433
4.8 - CÓPIA DAS PUBLICAÇÕES TRIMESTRAIS, NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO, DOS MONTANTES DA DESPESA COM PUBLICIDADE DO ÓRGÃO, NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 17 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E DO ART. 7º DA LEI ESTADUAL Nº 13.768, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2000	437
5 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E DEMONSTRATIVOS COMPLEMENTARES	442
5.1 - BALANÇOS ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL	443
5.2 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	447
5.3 - BALANÇO PATRIMONIAL COMPARADO	450
5.4 - DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE	454
5.5 - BALANCETE DE VERIFICAÇÃO CONSOLIDADO ANUAL - UO DE DEZEMBRO	456
5.6 - BALANCETE MENSAL REFERENTE AO MÊS DE DEZEMBRO	459
5.7 - BALANCETE DE ENCERRAMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO FINDO	463
5.8 - DEMONSTRATIVO DOS CRÉDITOS AUTORIZADOS POR PROJETO/ATIVIDADE	467
5.9 - DEMONSTRATIVO EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR PROJETO/ATIVIDADE - TOTAL	470
5.10 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA POR NATUREZA DA DESPESA/ITEM	473
5.11 - COMPOSIÇÃO DOS CRÉDITOS AUTORIZADOS POR CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA DA DESPESA	477
5.12 - POSIÇÃO ACUMULADA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	479
5.13 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	483
5.14 - RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS/SERVIÇO DA DÍVIDA	485
5.15 - EXTRATOS BANCÁRIOS DO MÊS DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO FINDO E RESPECTIVAS	488



CONCILIAÇÕES RELATIVAS ÀS CONTAS CONTÁBEIS BANCOS CONTA MOVIMENTO E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	
5.16 - CERTIFICAÇÃO DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO DAS CONTAS AUXILIARES QUE COMPÕEM A CONTA “RECURSOS DE MOVIMENTAÇÕES DA UNIDADE DE TESOURARIA”, DE QUE OS SALDOS RETRATAM FIELMENTE O DISPONÍVEL DO ÓRGÃO	516
5.17 - TERMO DE CONFERÊNCIA DE TESOURARIA EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO FINDO, ASSINADO PELOS INTEGRANTES DA COMISSÃO DESIGNADA PARA O LEVANTAMENTO DOS VALORES, ACOMPANHADO DE CÓPIA DO ATO DE DESIGNAÇÃO DA REFERIDA COMISSÃO	518
5.18 - RELATÓRIO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL - RCC	521
5.19 - BALANCETES DE VERIFICAÇÃO SEGUNDO NOVO PLANO DE CONTAS ADOTADO PELO ESTADO DE MINAS GERAIS	523
5.19.1 - Antes do encerramento do exercício	524
5.19.2 - Após o encerramento do exercício	527
5.20 - NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	530
6 - RELATÓRIO DA CONTROLADORIA INTERNA	539

TCEMG EM NÚMEROS

Atividade	Quantidade
Processos autuados	32.719
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros	24.359
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros	16.882
Processos distribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	6.967
Processos redistribuídos aos Relatores - Conselheiros Substitutos	448
Processos examinados pelas Diretorias Técnicas de Controle Externo	33.358
Citações, intimações e demais comunicações	28.075
Sessões realizadas	107
Processos deliberados	42.388
Multas aplicadas	R\$3,8 milhões
Ressarcimentos ao erário determinados	R\$5,8 milhões
Intimações encaminhadas aos responsáveis para pagamento de multa e para ressarcimento ao erário	593
Certidões de débito encaminhadas ao Ministério Público junto ao TCEMG para as providências cabíveis à execução forçada pela Advocacia Geral do Estado ou Procuradorias Municipais	324
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Multa	R\$671,2 mil
Valores recebidos e comprovados relativos a notificações anteriores - Ressarcimento ao erário	R\$20,2 mil
Registros de Atos/Títulos - Aposentadorias, Reformas e Pensões	30.818



Pareceres prévios emitidos sobre as contas prestadas pelos Prefeitos	1.197
Consultas respondidas	32
Editais de concursos públicos suspensos	9
Procedimentos licitatórios suspensos	94
Recursos deliberados	678
Acórdãos publicados	9.037
Notas taquigráficas emitidas	18.128

Fonte: Relatório Estatístico da Corregedoria - Exercício de 2014.

Recursos Orçamentários e Financeiros

A Lei Orçamentária nº 21.148, de 15 de janeiro de dois mil e quatorze, destinou ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais recursos orçamentários no valor de R\$541.372.469,00 (quinhentos e quarenta e um milhões, trezentos e setenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e nove reais), visando ao cumprimento das diretrizes, objetivos, metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) totalizando, ao final do exercício, o montante de R\$624.569.580,00 (seiscentos e vinte e quatro milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta reais) decorrentes de autorizações de abertura de crédito suplementar.

No exercício de 2014, esta Corte de Contas executou o montante de R\$611.904.563,92 (seiscentos e onze milhões, novecentos e quatro mil, quinhentos e sessenta e três reais e noventa e dois centavos), conforme demonstrado a seguir:

EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR PROGRAMA DE TRABALHO

PROGRAMA DE TRABALHO	CRÉDITO AUTORIZADO	DESPESA EMPENHADA	%
Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial	463.626.094,00	453.939.916,55	97,91
Direção Administrativa	24.783.296,00	22.106.256,03	89,20
Precatórios e Sentenças Judiciais	1.000,00	0,00	0,00
Capacitação de Servidores e Entes Jurisdicionados	1.882.850,00	1.881.977,05	99,95
Proventos de Inativos e Pensionistas	134.276.340,00	133.976.414,29	99,78
TOTAL	624.569.580,00	611.904.563,92	97,97

COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS POR FONTE E GRUPO DE DESPESA

FONTE	PROCEDÊNCIA	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	TOTAL
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	1	426.889.950,24		41.642.030,00	4.600.000,00			473.131.980,24
10. RECURSOS ORDINÁRIOS	7			11.187.550,00				11.187.550,00
42. CONTRIBUIÇÃO PATRONAL PARA FUNFIP	5	66.625.066,00						66.625.066,00
43. CONTRIBUIÇÃO DO SERVIDOR PARA FUNFIP	5	38.854.113,00						38.854.113,00
58. RECURSOS PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS	5	24.845.399,58						24.845.399,58
60. RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1	1.643.203,82		1.262.500,00	1.366.500,00			4.272.203,82
TOTAIS		558.857.732,64	0,00	54.092.080,00	5.966.500,00	0,00	0,00	618.916.312,64

Belo Horizonte, 26 de Janeiro de 2015

Adriene Barbosa de Faria Andrade, Conselheira-Presidente - Geraldo Paulino da Silva, Contador, CRC-MG 65721, Coordenador de Contabilidade - Maria de Fátima Garcia Cunha, Coordenadora de Orçamento, responsável pela emissão do demonstrativo.

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN n.º 637, de 18/10/2012

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Janeiro/2014 a Dezembro/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	554.415.402,30	-
Pessoal Ativo	420.438.988,01	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	133.976.414,29	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	141.607.898,65	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	12.876.730,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽¹⁾	104.835.657,65	-
Pensionistas ⁽²⁾	1.811.677,49	-
Demais Inativos ⁽³⁾	18.267.613,95	-
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽⁴⁾	3.816.218,94	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	412.807.503,65	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	412.807.503,65	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		
	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	47.644.235.435,77	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,8664%	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 1,0000%	476.442.354,36	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,9500%	452.620.236,64	
LIMITE DE ALERTA:(Inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - 0,9000%	428.798.118,92	

Fonte: SIAFI-MG; Receita Corrente Líquida informada pela DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas Explicativas:

(1) Despesas custeadas com recursos das fontes 42 e 43, respectivamente, Contribuição Patronal para FUNFIP e Contribuição do Servidor para FUNFIP - Fundo Financeiro de Previdência. Observe-se que a Lei Complementar n.º 131, de 06/12/13 extinguiu o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - FUNPEMG e reverteu seus recursos ao FUNFIP.

(2) Desp. c/pensionistas, nos termos da IN TCEMG n.º 01, de 18.04.01, art.3º, c/redação dada pela IN n.º 05, de 19.12.01

(3) Desp. c/Inativos, nos termos da IN TCEMG n.º 01, de 18/04/01, art. 3º, c/redação dada pela IN TCEMG n.º 05, de 19/12/01, c/c LC n.º 64, de 25/03/02, art. 38, § 1º;

(4) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal n.º 101, de 04/05/00 (valor não contemplado nas linhas anteriores: férias prêmio; indenizações de férias regulamentares não gozadas, pagas por ocasião do desligamento; indenização decorrente do exercício do cargo de Conselheiro-Presidente e Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas);



Limite de 1,0000% conforme Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas s/nº, de 03/12/2013

Adriene Barbosa de Faria Andrade, Conselheira-Presidente - Eduardo Rodrigues Chaves, Diretor de Orçamento, Contabilidade e Finanças - Geraldo Paulino da Silva, Contador, CRC-MG 65721, Coordenador de Contabilidade - Judas Thadeu Monteiro Lobato, Controladoria Interna.

GOVERNO ESTADUAL - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") - Portaria STN nº 637, de 18/10/2012

R\$1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS Janeiro/2014 a Dezembro/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	554.415.402,30	-
Pessoal Ativo	420.438.988,01	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	133.976.414,29	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	121.528.607,21	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	12.876.730,62	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados ⁽¹⁾	104.835.657,65	-
Despesas de Caráter Indenizatório ⁽²⁾	3.816.218,94	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	432.886.795,09	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		432.886.795,09

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	47.644.235.435,77
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100	0,9086%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20, da LRF) - 1,0000%	476.442.354,36
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,9500%	452.620.236,64
LIMITE DE ALERTA: (Inciso II do parágrafo 1º do art. 59 da LRF) - 0,9000%	428.798.118,92

Fonte: SIAFI-MG; Receita Corrente Líquida informada pela DCPA/SCCG/STE/SEF-MG

Notas Explicativas:

(1) Despesas custeadas com recursos das fontes 42 e 43, respectivamente, Contribuição Patronal para FUNFIP e Contribuição do Servidor para FUNFIP - Fundo Financeiro de Previdência. Observe-se que a Lei Complementar nº 131, de 06/12/13 extinguiu o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - FUNPEMG e reverteu seus recursos ao FUNFIP.

(2) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00 (valor não contemplado nas linhas anteriores: férias prêmio; indenizações de férias regulamentares não gozadas, pagas por ocasião do desligamento; indenização decorrente do exercício do cargo de Conselheiro-Presidente e Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas)



Limite de 1,0000% conforme Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas s/nº, de 03/12/2013

Adriene Barbosa de Faria Andrade, Conselheira-Presidente - Eduardo Rodrigues Chaves, Diretor de Orçamento, Contabilidade e Finanças - Geraldo Paulino da Silva, Contador, CRC-MG 65721, Coordenador de Contabilidade - Judas Thadeu Monteiro Lobato, Controladoria Interna.



ATAS

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/4/2015

Às 15h44min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Arnaldo Silva e Bonifácio Mourão, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Hely Tarquínio e Carlos Pimenta. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater ações de conscientização do autismo e a necessidade da implementação de políticas efetivas em relação ao transtorno do espectro autista. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Jaubert Carneiro Jaques, desembargador ouvidor do Tribunal de Justiça, sobre sugestões de mudanças na redação do art. 2º, § 2º, IV, da Resolução nº 685, de 2012, do TJMG, apresentadas por um servidor com deficiência. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Lorena Abreu Aguiar, assessora da Subsecretaria de Saúde, representando o Sr. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Saúde; Natália Inês Costa, diretora do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção, de Betim; Maria Cristina Machado Ribeiro, diretora administrativa da Comunidade Escolar Comum Viver; e os Srs. Célio Moreira, ex-deputado estadual; David Mello de Jesus, coordenador da Coordenadoria de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, representando o Sr. Fausto Pereira dos Santos, secretário de Saúde; Jarbas Vieira de Oliveira, enfermeiro da Coordenação de Saúde Mental, representando o Sr. Fabiano Geraldo Pimenta Júnior, secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte; Arthur Melo e Kummer, professor adjunto do Departamento de Saúde Mental da Faculdade de Medicina da UFMG; Júlio César Alves, assessor da Coordenadoria dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria Municipal Adjunta de Direitos de Cidadania; e Maurício Moreira, presidente do Instituto Superação, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de abril de 2015.

Duarte Bechir, presidente - Arnaldo Silva - Tito Torres.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Leonídio Bouças, João Alberto, Antônio Jorge, Cristiano Silveira e Isauro Calais, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Leonídio Bouças, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado João Alberto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do deputado Inácio Franco requerendo a juntada de documentos necessários à tramitação do Projeto de Lei nº 269/2015. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 277 e 380/2015 são retirados da pauta por deliberação da comissão a requerimentos dos deputados Antônio Jorge e Leonídio Bouças, respectivamente. São convertidos em diligência às Secretarias de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais e de Estado de Planejamento e Gestão o Projeto de Lei nº 19/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças) e às Secretarias de Estado de Fazenda e de Estado de Esportes o Projeto de Lei nº 192/2015 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, em turno único, dos Projetos de Lei nºs 401 e 421/2015, ambos na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado João Alberto). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 5/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Após discussão e votação, é aprovado o parecer que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 141/2015 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Leonídio Bouças). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 172/2015, no 1º turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Registram-se a presença do deputado Isauro Calais e a saída do deputado Antônio Jorge. Após discussão e votação é aprovado o parecer que conclui pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 313/2015 (relator: deputado Leonídio Bouças). Os pareceres sobre os Projetos de Lei nºs 354 e 453/2015, ambos no 1º turno, deixam de ser apreciados em virtude de solicitação de prorrogação de prazo regimental pelo relator, deputado Leonídio Bouças. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita pedido de informações, nos termos do parágrafo único do art. 301 do Regimento



Interno, aos autores dos Projetos de Lei nºs 592, 593, 595, 596, 600 e 603/2015, para que os processos sejam instruídos com a documentação necessária a sua tramitação. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Leonídio Bouças, presidente - Antônio Jorge - Bonifácio Mourão - Isauro Calais.

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 15/4/2015

Às 15h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Bonifácio Mourão, Antônio Carlos Arantes, Alencar da Silveira Jr., Carlos Pimenta, Gil Pereira, Arlen Santiago, Luiz Humberto Carneiro, Wander Borges, Anselmo José Domingos, Fábio Avelar Oliveira, Noraldino Júnior e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Nozinho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir a securitização agrícola. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. João Ricardo Albanex, superintendente de Política e Economia Agrícola, representando o Sr. João Cruz Reis Filho, secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Breno Pereira de Mesquita, diretor financeiro da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Roberto Simões, presidente da federação; Guilherme Gonçalves Rabelo, assessor de Política Agrícola e Cooperativismo da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Wilson Luiz da Silva, presidente da federação; Marcílio de Sousa Magalhães, superintendente federal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais; José Wálter do Amaral, gerente de Mercado Agroempresarial, representando o Sr. Reinaldo Kazufumi, superintendente estadual do Banco do Brasil; Frederico Oliveira Guabiraba, gerente de Agronegócio da Regional Norte de Belo Horizonte da Caixa Econômica, representando o Sr. José Geraldo Sales, superintendente regional; Alysson Paolinelli, presidente executivo da Abramilho; Roberval Juarês de Andrade, coordenador técnico estadual de crédito rural da Emater-MG; Carlos Henrique Rezende Lacerda, presidente da Associação dos Sindicatos Rurais do Oeste Mineiro - Asrom; José Marcos Soares de Souza, presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente como um dos autores que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e passa a palavra aos demais membros da comissão também autores do requerimento. Em seguida, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 1.145/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho, Antônio Carlos Arantes e Rogério Correia, em que solicitam seja realizada visita ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, juntamente com lideranças dos produtores rurais para tratar da securitização e alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas;

nº 1.147/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Nozinho e Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja realizada visita ao governador do Estado, juntamente com lideranças dos produtores rurais de Minas Gerais e com a participação do secretário de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para tratar da securitização e alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas.

nº 1.148/2015, dos deputados Fabiano Tolentino, Inácio Franco, Antônio Carlos Arantes Nozinho, em que solicitam sejam enviadas cópias das notas taquigráficas da 7ª Reunião Ordinária desta comissão, que teve por finalidade discutir a securitização agrícola e o alongamento das dívidas advindas de créditos agrícolas, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil, e ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para que tomem conhecimento e adotem as providências cabíveis.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente - Emidinho Madeira - Inácio Franco.



MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 5/5/2015

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 260/2015, do deputado Paulo Lamac, na forma do Substitutivo nº 1, e 420/2015, do deputado Gustavo Valadares, na forma do Substitutivo nº 1.

Em 1º turno: Projeto de Lei nº 1.265/2015, da Mesa da Assembleia.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/5/2015

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.265/2015, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater a situação das ocupações urbanas por moradia em Belo Horizonte e região metropolitana, tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 484/2015, do deputado Cabo Júlio, e 1.248/2015, do deputado Lafayette de Andrada.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:



Em turno único: Projetos de Lei nºs 387/2015, do deputado Fred Costa; 472/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 473/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel; 561/2015, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 274/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 530/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, e 535/2015, do deputado Noraldino Júnior.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 6/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ÁGUAS, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/5/2015

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 6 de maio de 2015, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e, na 2ª Fase, à apreciação do Projeto de Lei nº 1.265/2015, da Mesa da Assembleia, que dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos



dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 5 de maio de 2015.

Adalclever Lopes, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco a deputada Geisa Teixeira e os deputados Gil Pereira, Isauro Calais e Tito Torres, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, com a presença de convidados, medidas para o aperfeiçoamento das formas de escolha dos conselheiros tutelares de Minas Gerais, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Redação

Nos termos regimentais, convoco os deputados Léo Portela, Cássio Soares, Dilzon Melo e Tiago Ulisses, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2015, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Gilberto Abramo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados João Leite, Cabo Júlio e João Magalhães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2015, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Indicação do Nome de Liza Prado para o Cargo de Presidente da Utramig

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Ione Pinheiro e os deputados Antônio Lerin e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 6/5/2015, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o presidente e o vice-presidente.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Dilzon Melo, presidente *ad hoc*.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Geisa Teixeira e Rosângela Reis e os deputados Wander Borges e Dalmo Ribeiro Silva, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 7/5/2015, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o encerramento das atividades do Ballet Jovem e do funcionamento do Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Fred Costa, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Durval Ângelo, Carlos Pimenta, Duarte Bechir e Paulo Lamac, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 8/5/2015, às 10 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros, com a finalidade de debater eventual violação dos direitos humanos na execução, por parte da prefeitura local, do programa Minha Casa Minha Vida e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Cristiano Silveira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Minas e Energia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Glaycon Franco, João Vítor Xavier e Tony Carlos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/5/2015, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater o Novo Marco Regulatório do Setor Mineral, anunciado pelo governo federal, bem como a atual conjuntura da mineração nacional e internacional, de discutir e votar pareceres de redação final e discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Gil Pereira, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.248/2015****Comissão de Constituição e Justiça****Relatório**

De autoria do deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em epígrafe, resultante do desarquivamento do Projeto de Lei nº 5.262/2014, autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Deserto o imóvel que especifica.

A proposição foi publicada no *Diário do Legislativo* de 30/4/2015 e distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Cabe a este órgão colegiado o exame preliminar da matéria quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal, conforme determina o art. 188, combinado com o art. 102, III, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Inicialmente, é necessário ressaltar que proposição idêntica tramitou nesta Casa na legislatura anterior, oportunidade em que esta comissão analisou minuciosamente a matéria no exercício do controle preventivo de constitucionalidade. Como não houve alteração constitucional superveniente que propiciasse uma nova interpretação do projeto, passamos a transcrever, nesta peça opinativa, os principais trechos da argumentação apresentada na ocasião:

“O Projeto de Lei nº 5.262/2014 tem como finalidade autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Santana do Deserto imóvel com área de 2.000m², situado naquele município, registrado sob o nº 976 do Livro 2, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matias Barbosa.

O referido bem foi incorporado ao patrimônio do Estado por meio de permuta com a municipalidade, em 1974, para o funcionamento das Escolas Reunidas Governador Juscelino Kubitschek.

Para a transferência de domínio de bens públicos, ainda que para outro ente da Federação, é necessário observar o art. 18 da Constituição Mineira, que exige avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis. O dispositivo excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Há que se observar, também, o art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. Para bens imóveis, o inciso I desse dispositivo exige autorização legislativa, avaliação prévia e licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta no caso de doação.

Ademais, essa norma determina a subordinação da transferência ao interesse público. Para atender a esse requisito, o parágrafo único do art. 1º da proposição prevê que o imóvel será utilizado para a construção de um centro de referência de assistência social, o que irá beneficiar, especialmente, a população menos favorecida.

Ainda com o propósito de defender o interesse coletivo, o art. 2º prevê a reversão do imóvel ao patrimônio do doador se, no prazo de cinco anos contados da lavratura da escritura pública de doação, não lhe tiver sido dada a destinação prevista.”

Por fim, registre-se que na legislatura passada a proposição foi baixada em diligência à Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais, que enviou a Nota Técnica nº 901/2014, solicitando a retificação do texto do projeto, passando a constar nele a área de 2.025m² e os seguintes dados: registro nº 677, fls. 80 e Livro nº 2-D.

Em decorrência disso, da mesma forma como feito na legislatura passada, apresentamos, ao final deste parecer, a Emenda nº 1, que dá nova redação ao *caput* do art. 1º da proposição, procedendo às retificações necessárias à correta identificação do imóvel objeto da doação.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 1.248/2015 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao *caput* do art. 1º a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Santana do Deserto o imóvel com área de 2.025m² (dois mil e vinte e cinco metros quadrados), situado nesse município, registrado sob o nº 677, a fls. 80 do Livro nº 2-D, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Matias Barbosa.”

Sala das Comissões, 5 de maio de 2015.

Leonídio Bouças, presidente e relator - Isauro Calais - Cristiano Silveira - Antônio Jorge.

**PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.265/2015****Mesa da Assembleia****Relatório**

De autoria da Mesa da Assembleia, o projeto de lei sob comento dispõe sobre a revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Assembleia Legislativa referente ao ano de 2015 e dá outras providências.

A matéria foi aprovada no 1º turno, na forma original, e vem agora a esta Mesa para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 195, combinado com o art. 79, VIII, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto veicula, como destacado no 1º turno, a revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, autoriza a cessão de servidores do quadro da Polícia Civil do Estado à Assembleia, instituindo-se a respectiva retribuição pecuniária, e, por fim, revoga a Lei nº 13.722, de 20 de outubro de 2000.

Importante esclarecer que o percentual utilizado para a recomposição remuneratória dos servidores refere-se ao período compreendido entre 1º de abril de 2014 e 30 de março de 2015, no patamar de 8,13% a vigorar, por conseguinte, a partir de 1º de abril de 2015.

Contudo, a revisão geral proposta sobre vencimentos e proventos não se aplica aos servidores aposentados cujos proventos tenham sido calculados sem paridade com a remuneração dos servidores ativos e sejam reajustados pelas regras do Regime Geral de Previdência Social – RGPS –, conforme o disposto na Lei Federal nº 10.887, de 2004. Estão ainda fora do alcance da revisão dos proventos os servidores de que trata o art. 9º da Lei Complementar nº 100, de 2007, cujo cálculo e sistemática de reajuste também se regem pelo mencionado regime previdenciário.

É importante ressaltar que a revisão geral proposta neste projeto está em perfeita sintonia com o Direcionamento Estratégico Assembleia 2020, que tem a valorização do servidor do Legislativo, fundamental para a manutenção da qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento mineiro, como uma de suas diretrizes.

Relativamente às demais questões tratadas na proposição, estas já tiveram os seus aspectos formais, financeiros e orçamentários devidamente apreciados no parecer desta Mesa para o 1º turno. Como não houve alterações no texto apresentado durante a sua tramitação, não há maiores questões a serem abordadas.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.265/2015, no 2º turno, na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de maio de 2015.

Adalclever Lopes, presidente - Lafayette de Andrada, relator - Hely Tarquínio - Bráulio Braz - Ulysses Gomes - Alencar da Silveira Jr. - Doutor Wilson Batista.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 4/5/2015, o Presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.179, de 23/12/1997, e 5.203, de 19/3/2002, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos, relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Geraldo Pimenta

nomeando Carlos Eduardo de Almeida para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

nomeando Maria Eliana Pio Cassemiro Vitor para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Leandro Genaro

exonerando Pablo Silva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas;

nomeando Luiz Alberto da Rocha Davila para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e 5.305, de 22/6/2007, da Lei nº 9.384, de 18/12/1986, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/2002, assinou os seguintes atos:

nomeando Marlaine da Silva Lima para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Telmo Santiago Cunha para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo, padrão VL-29, código AL-EX-03, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do Bloco Verdade e Coerência.

Nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/1986, 9.437, de 22/10/1987, e 9.748, de 22/12/1988, e Resolução nº 5.105, de 26/9/1991, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 26/2/2015, que exonerou Meiga Hélia Mourão Mafra do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 23/03/2015 Meiga Hélia Mourão Mafra do cargo de Chefe de Gabinete, padrão S-02, código AL-DAS-1-05.



Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/1991, 5.130, de 4/5/1993, 5.179, de 23/12/1997, e 5.305, de 22/6/2007, e da Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo:

exonerando Pamela Cristina Miranda de Moraes do cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria;

exonerando Plínio Monteiro de Magalhães Neto do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Arnaldo Pinto Silva para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando João Pedro de Almeida para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Vice-Presidência;

nomeando Plínio Monteiro de Magalhães Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Sônia de Lourdes Lopes para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo I, padrão VL-51, 8 horas, com exercício no Gabinete da 2ª-Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2015

NÚMERO DO PROCESSO NO PORTAL DE COMPRAS: 1011014 1/2015

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 19/5/2015, às 15 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço por lote, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos fotográficos.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados preferirem, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 5 de maio de 2015.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 5/5/2015, na pág. 47, onde se lê:

“Flávio Manoel Rodrigues”, leia-se:

“Flavio Manoel Rodrigues da Silva”.